

## Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

**Aviso n.º 15 364/2000 (2.ª série).** — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Faz-se público que o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça pretende admitir, por transferência ou requisição, funcionários(as), com as categorias e para os lugares a seguir indicados, existentes no quadro de pessoal do Gabinete de Gestão Financeira:

Técnico superior para a área de apoio jurídico com licenciatura em Direito — 2;

Técnico superior para a área financeira com licenciatura em Economia, Gestão de Empresas ou Finanças e bons conhecimentos de Informática — 2;

Técnico principal — 2;

Técnico de 1.ª classe — 3;

Assistente administrativo — 2.

2 — Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis, formalizar as suas candidaturas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, Praça do Comércio, 1194-007 Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emite, residência, código postal e telefone.

3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* detalhado e assinado;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração do serviço ou organismo a que pertence, devidamente autenticada, da qual constem a natureza do vínculo e a antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;
- Classificação de serviço — juntar documentos comprovativos;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

O método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular.

17 de Outubro de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Ribeiro Mendes*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

**Louvor n.º 947/2000.** — Durante a presidência portuguesa da União Europeia, que decorreu de 1 de Janeiro a 30 de Junho do ano 2000, coube à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar presidir e representar o País em diversos grupos de trabalho da sua área de competências, quer de regulamentação comunitária quer de coordenação de preparação de reuniões internacionais, designadamente do Codex Alimentarius.

Neste sentido, coube-lhe a gestão de aspectos técnicos e logísticos para garantir e assegurar o bom desenvolvimento das matérias em discussão, nem sempre com os meios mais adequados.

Tendo-se, no entanto, obtido um elevado sucesso nas matérias em discussão, sendo de registar as referências positivas por parte dos outros Estados membros e das instituições europeias, a que não terá sido alheia a competência, a capacidade de trabalho demonstrada e o inextinguível empenho de toda a equipa envolvida, considera-se da maior justiça transmitir por esta forma o meu reconhecimento e público louvor aos seguintes funcionários:

Área técnica:

Engenheiro Manuel Celestino Barreto Dias.  
Engenheira Maria de Lourdes Trindade da Cunha Camilo.  
Dr. Pedro de Jesus da Silva Pina Manique.  
Dr.ª Maria do Carmo Dias da Silva Neves.  
Engenheira Maria Teresa Font Cunha Moniz Marçalo Grilo.

Engenheiro José David Amaral Santiago.  
Engenheira Maria Elvira Palhares Sá Esteves Carvalho.  
Engenheira Joana Aires de Queiroz Antunes.  
Dr. António Magro Tomé.  
Dr. João Pedro Sameiro de Sousa.

Área logística:

Amélia de Jesus Santos Paiva Ferreira.  
Paula Cristina Oliveira Monteiro da Silva.  
Maria de Lurdes Conceição Santos.

24 de Outubro de 2000. — O Director-Geral, *Pedro Pina Manique*.

**Louvor n.º 948/2000.** — Pelo trabalho desempenhado e pelas qualidades profissionais e humanas demonstradas, louvo a técnica profissional principal minha secretária Maria de Lurdes da Conceição Santos.

25 de Outubro de 2000. — O Subdirector-Geral, em substituição do director-geral, *Pedro Jesus da Silva de Pina Manique*.

### Direcção-Geral das Florestas

**Aviso n.º 15 365/2000 (2.ª série).** — Nos termos do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, e do Decreto Regulamentar n.º 11/97, de 30 de Abril, são classificados como árvores de interesse público os seguintes exemplares pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa:

Jardim de Braamcamp Freire:

Dois *Metrosideros excelsa* Gaert;  
Um *Taxus baccata* L;

Praça de Diu (Restelo):

Um *Cedrus deodara* (D. Don) G. Don;  
Uma alameda de oito *Tipuana tipu* (Benth.) Kuntze;

Arco da Torre (Belém):

Um *Platanus orientalis* L., situado junto ao prédio edificado na Travessa do Arco da Torre.

11 de Outubro de 2000. — O Director de Serviços, *Victor Louro*.

### Direcção-Geral de Protecção das Culturas

**Despacho (extracto) n.º 22 375/2000 (2.ª série).** — Por despacho de 11 de Outubro de 2000 do director-geral de Protecção das Culturas:

Ana Paula da Cunha Lima Cesário, Ana Maria Gonçalves Agostinho, Luísa Maria Rodrigues dos Santos e Silva, Maria José Félix Lagarto Amado Jorge, Lúcia da Conceição Costa Moniz, Violete Ferreira Marques Dias, Maria da Nazaré Antunes da Graça Costa, Fernando Manuel Ribeiro Araújo, Maria Luísa Santos Silva Nogueira e Bernardina Pereira de Araújo e Almeida, assistentes administrativos principais da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas — nomeados definitivamente, precedendo concurso, a partir da data do despacho, na categoria de assistente administrativo especialista da mesma carreira e quadro, ficando posicionados no escalão 4, índice 305, considerando-se nessa data exonerados dos anteriores lugares. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 2000. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

**Rectificação n.º 2743/2000.** — Por ter saído com inexactidão no despacho (extracto) n.º 19 141/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 22 de Setembro de 2000, rectifica-se que onde se lê «Adelaide Nunes de Almeida Ribeiro» deve ler-se «Adelaide Nunes de Almeida Ribeiro do Amaral.»

19 de Outubro de 2000. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

**Rectificação n.º 2744/2000.** — Por ter sido publicado com algumas inexactidões o despacho (extracto) n.º 20 971/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 18 de Outubro de 2000, rectifica-se que onde se lê «Flávia Manuela dos Santos Ramos Alfarroba» — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal da mesma carreira e quadro, ficando